

**Cap. III**

**Sensações qualitativas**

**Qual a natureza das impressões sensoriais subjetivas?**

**1. A doutrina das propriedades secundárias**

Para início de conversa, suponhamos uma distinção bem básica e simplificada entre mente (ou consciência) e mundo externo. É claro que tal distinção é simplista, pois supõe uma divisão entre mundo interno e externo que talvez não se sustente. Mas usaremos esta divisão aqui apenas para deixar claro que há uma diferença entre uma coisa no mundo externo e a percepção ou lembrança desta coisa em nossa mente (esta é uma tese “realista”, que se opõe a um “idealismo” segundo o qual tudo está em nossa mente). Podemos assim dizer que há *coisas* ou corpos no mundo, e há percepções, sensações, ideias ou representações dessas coisas em nossa mente.

A doutrina das *propriedades primárias e secundárias* (ou, resumidamente, apenas “propriedades secundárias”) parte da distinção entre (1) nossas percepções ou representações de propriedades geométricas e matemáticas dos corpos externos, como forma, tamanho, número, textura, movimento, e (2) as percepções do mundo externo por meio de cores, tons de som, cheiros, gostos e as sensações do tato. A tese central desta doutrina, desenvolvida por Galileo, Descartes, Boyle e Locke, é de que *há uma semelhança* entre as propriedades primárias (no mundo externo) e sua representação geométrica, ao passo que não há semelhança alguma entre uma sensação qualitativa, como uma cor ou um cheiro, e as propriedades (secundárias) do mundo que causam em nós essas sensações. A única conexão entre as propriedades secundárias e sensações qualitativas seria de *causalidade*.

	MENTE	MUNDO EXTERNO
(1)	Ideias geométricas (forma, número etc.)	Propriedades primárias
(2)	Sensações qualitativas (cores etc.)	Propriedades secundárias

*Tabela III.1: Esquema simplificado da representação em nossas mentes das propriedades do mundo externo. A doutrina das qualidades secundárias defende que há uma semelhança entre os dois itens da linha (1), mas não entre os dois itens da linha (2).*

Em Aristóteles já havia a distinção entre percepções que denominou de “comuns” (“o movimento, o repouso, o número, a figura e a magnitude”, *De anima*, II, 6, 418a17) e as “próprias” (“visão de cor, audição de som, gustação de sabor, ao passo que o tato comporta um maior número de diferenças”, 418a11).

O que ocorreu no séc. XVII, com o nascimento da ciência moderna, foi a noção (a ser chamada de “mecanicismo”) de que o mundo consiste de corpos físicos de natureza geométrica, e que suas propriedades só são fielmente representadas por ideias matemáticas, ao passo que as sensações qualitativas são algo presente apenas em nossa mente, não sendo semelhante a nada no mundo externo. Segundo Galileo, em *O ensaiador* (§ 48, p. 219)

[...] que nos corpos externos, para excitar em nós os sabores, os cheiros e os sons, seja necessário mais que grandezas, figuras e multiplicidade de movimentos vagarosos ou rápidos, eu não acredito; acho que, tirando os ouvidos, as línguas e os narizes,

permanecem os números, as figuras e os movimentos, mas não os cheiros, nem os sabores, nem os sons, que, fora do anima vivente, acredito que sejam só nomes, como nada mais é além de nome a cécega, tiradas as axilas e a pele ao redor do nariz.

Descartes<sup>20</sup> adotou esta distinção nos *Princípios de filosofia* (I, § 70, p. 54). “Como sabemos claramente”, escreve, “nos objetos há inúmeras propriedades, tais como dimensão, figura, número etc.”

Mas quando pensamos perceber cores em objetos [...] facilmente deslizamos no erro de sustentar que o que é chamado cor nos objetos é algo inteiramente semelhante à cor que percebemos [...]

John Locke (Livro II, Cap. VIII, § 8-10)<sup>21</sup> também traça essa distinção com relação ao que chamou de “qualidades” das coisas, que seriam a “potência de produzir qualquer ideia na nossa mente”. As qualidades primárias de um corpo seriam as “causas produtoras das nossas ideias simples de solidez, extensão, figura, movimento ou repouso e número”, e as qualidades secundárias, “nos próprios corpos, não são mais do que potências para produzir em nós várias sensações [...] Tais são as cores, os sons, os paladares, etc.”

## 2. Qualia e termos correlatos

O que Locke chama de “ideias das qualidades secundárias” (§ 12) é o que chamamos acima de “sensações qualitativas”, e que viriam mais tarde ser chamadas de “dados dos sentidos” (MOORE, 1913), “perceptos” (RUSSELL, 1927), “sentimentos brutos” (*raw feels*, FEIGL, 1958), “propriedades fenomênicas”, ou “propriedades subjetivas e intrínsecas” (DENNETT, p. 43).<sup>22</sup>

Penso que todas as teorias de fato começaram com dados dos sentidos. Os Antigos e os Escolásticos os chamavam de *espécies sensíveis*. Locke e Berkeley os chamavam de *ideias de sensação*, Hume de *impressões*, Kant de *Vorstellungen*. No século dezanove eles eram conhecidos geralmente como *sensações*, e as pessoas falavam de sensações visuais e auditivas quando se referiam a manchas coloridas e barulhos; ao passo que muitos escritores contemporâneos, seguindo C.D. Broad, preferem chama-los de *sensa*. (PRICE, 1932, p. 19)

O termo correlato “quale” (singular) ou “qualia” (plural) foi cunhado pelo filósofo estadunidense C.I. LEWIS (1929, p. 121):

<sup>20</sup> GALILEI, G. (1973), *O ensaiador*, in Os Pensadores, v. 12: *Bruno, Galileu, Campanella*, trad. H. Barraco, Abril Cultural, São Paulo, orig. em italiano: 1623. DESCARTES, R. (2007), *Princípios de filosofia*, trad. A. Cotrim & H.G. Burati, Rideel, São Paulo, orig. em latim: 1644.

<sup>21</sup> LOCKE, J. (1690), *Ensaio sobre o entendimento humano*, trad. E.A. Soveral, 2 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, pp. 156-61. Como o termo “qualidade secundária” de Locke pode ser confundido com “sensação qualitativa”, preferimos falar de “propriedade secundária” ao nos referirmos ao mundo externo.

<sup>22</sup> MOORE, G.E. (1913), “The status of sense-data”, *Proceedings of the Aristotelian Society* 14: 355-81. RUSSELL, B. (1978 [1927]), *Análise da matéria*, trad. N.C. Caixeiro, Zahar, Rio de Janeiro. LEWIS, C.I. (1929), *Mind and the world-order*, Scribner’s, New York, p. 121. PRICE, H.H. (1932), *Perception*, Methuen, London. FEIGL, H. (1956), “The ‘mental’ and the ‘physical’”, in Feigl, H.; Scriven, M. & Maxwell, G. (orgs.), *Concept, theories, and the mind-body problem* (Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. 2), U. of Minnesota Press, Minneapolis, pp. 370-497. DENNETT, D. (1988), “Quining qualia”, in Marcel, A.J. & Bisiach, E. (orgs.), *Consciousness in contemporary science*, Oxford U. Press, pp. 42-77.

Há *de fato* características qualitativas reconhecíveis do dado [*of the given*], que podem ser repetidas em diferentes experiências, e são portanto uma variedade de universais; chamo a essas de “qualia”. Mas apesar de estes qualia serem universais, no sentido de serem reconhecidas de uma experiência para outra, eles devem ser distinguidos das propriedades dos objetos. Confusão entre esses dois é característico de muitas concepções históricas, assim como de atuais teorias de essência. O quale é intuído diretamente, é dado, e não é passível de qualquer erro porque ele é puramente subjetivo.

O termo “qualia” é muito próximo do conceito de “dados dos sentidos” (*sense-data*), utilizado no período antes da 2ª Guerra Mundial no contexto britânico (por Moore, Russell, Broad, Price, Ayer etc.) para designar objetos mentais cuja existência e propriedades nos seriam diretamente conhecidos na percepção, ou seja, que realmente teriam as propriedades que aparentam ter. As teorias dos dados dos sentidos entraram em declínio com a virada linguística e pragmática da filosofia, após a Guerra.

Um exemplo clássico de quale é a vermelhidão de um tomate maduro, ou seja, a sensação subjetiva que um observador normal tem ao fitar um tomate na luz solar. É preciso distinguir as propriedades do pigmento do tomate, que poderíamos chamar de “vermelho”, da sensação subjetiva de “vermelhidão”, que seria o quale.

Outros exemplos de qualia são o cheiro de sândalo, a sensação de uma nota musical, a dor ao se topar o dedão do pé. Uma cena visual envolve inúmeros qualia cromáticos. Uma pós-imagem verde, obtida ao olhar para uma parede branca após fitar durante um minuto uma melancia aberta, também envolveria um quale cromático. Imagens hipnagógicas que aparecem no campo visual de olhos fechados, antes de dormir, também envolvem qualia. Uma memória vívida poderia invocar algum tipo de qualia. Uma emoção de medo também parece envolver um tipo especial de qualia.

### 3. Experimento mental do espectro invertido

Para deixar claro a diferença entre as propriedades (secundárias) de uma coisa e os qualia gerados em um sujeito observador, podemos imaginar a situação hipotética em que alguém nasce com alterações no aparelho perceptivo de tal maneira a ver as cores trocadas. No exemplo dado por LOCKE (1690, Livro II, Cap. XXXII, § 15), “se a ideia que uma violeta produziu na mente de um homem, através dos seus olhos, fosse a mesma que uma calêndula [amarela] produziu num outro homem e vice-versa”. Ou seja, imagine um ser humano que inverte as cores do espectro de um arco-íris, trocando violeta e amarelo: teríamos como descobrir que sua sensação subjetiva é diferente? Ora, quando ele era pequeno, ao ver uma calêndula com um quale violeta vibrante, sua mãe lhe disse que ela era “amarela”, e assim o jovem passa a chamar de amarelo tudo o que lhe gera o quale da violeteza, de maneira a estar de acordo com o uso linguístico de seus amigos. Em outras palavras, não teríamos como identificar esta pessoa (a não ser que ela confundisse duas cores, como faz um daltônico).

Vemos assim em que sentido um quale é anterior à linguagem, e não pode ser capturado por ela. Supondo que todos os seres humanos são biologicamente semelhantes, supomos que todos veem as cores de maneira semelhante a nós, mas não temos como verificar isso. Se um marciano chegasse à Terra e perguntasse o que é a vermelhidão, não adiantaria apontar para um tomate, pois a percepção que o marciano teria do tomate seria completamente diferente da nossa.

A possibilidade do experimento mental do espectro invertido é usado como argumento contra o funcionalismo (seção I.5). FODOR (1981, p. 130) explica isso na continuação da citação apresentada na seção I.6:

Aparentemente, é possível imaginar dois observadores semelhantes em todos os aspectos psicológicos relevantes, com a única exceção de que as experiências subjetivas que possuem o conteúdo qualitativo do vermelho para um observador teriam o conteúdo qualitativo do verde para o outro observador. O comportamento de ambos não revela a diferença porque todos os dois veem um tomate maduro e um pô do sol flamejante como sendo de cor semelhante e chamam essa cor de “vermelho”. Além disso, a conexão causal entre suas experiências (qualitativamente distintas) e seus outros estados mentais também poderiam ser idênticas. Talvez ambos pensem na Chapeuzinho Vermelho quando veem tomates maduros, sintam-se deprimidos quando veem a cor verde, e assim por diante. Parece que qualquer coisa que pudesse ser incluída na noção de papel causal de suas experiências poderia ser compartilhada por eles, e, apesar disso, o conteúdo qualitativo das experiências poderia ser totalmente diferente. Se isto for possível, então a abordagem funcionalista não funciona para os estados mentais que possuem conteúdo qualitativo. Se uma pessoa está tendo uma experiência do verde enquanto outra está tendo uma do vermelho, elas certamente devem estar em estados mentais diferentes.

#### 4. O experimento mental do quarto de Mary

Um dos pontos mais discutidos na filosofia da mente contemporânea é o experimento mental do quarto de Mary, proposto pelo filósofo australiano Frank Jackson (1982). Imaginemos uma neurocientista que vive no século XXIII, quando toda a ciência da visão em cores já teria sido desvendada. Ela foi criada em um quarto preto e branco e nunca viu ou vivenciou cores; quando ela sai para uma balada, coloca óculos especiais para não detectar cores. Além disso, podemos supor que uma vez por semana, durante seu sono profundo, ao longo de toda sua vida, uma manipulação especial é feita em seu encéfalo, para que este não atrofie e perca a capacidade de vivenciar cores.

Por outro lado, Mary tornou-se uma renomada neurocientista, tendo estudado todos os aspectos físicos e químicos da ciência da visão. Segundo Jackson, ela teria conhecimento físico completo a respeito das cores; ou talvez preferamos dizer que ela tem “conhecimento teórico completo”. A questão é: ela conhece tudo o que há para saber a respeito das cores?

Quando Mary finalmente sai do quarto e observa, pela primeira vez, uma mancha de tinta verde pintada em uma parede, ela adquire conhecimento novo? E a seguir, quando alguém lhe diz aquela mancha tem cor verde, há algum elemento novo adicionado a seus conhecimentos sobre o verde? A resposta usual é sim. Isso indica que há uma diferença entre o “conhecimento físico” de um elemento e a vivência do mesmo. Essa diferença é o que chamamos de qualia.

O chamado “argumento do conhecimento” de Jackson desemboca na tese de que *há conhecimento não-físico sobre o mundo*. Notamos que este experimento mental define “conhecimento físico” de uma determinada maneira. Mas aceitando esta definição, conclui-se que o conhecimento de qualia é um “conhecimento não físico”. Mas poder-se-ia concluir também que os qualia *são não físicos*, como defende David Chalmers? Para isso, seria preciso adicionar mais uma hipótese ao argumento, de que “qualquer coisa que seja física só pode ser conhecida de maneira física”. Por *modus tollens*, como haveria uma instância de conhecimento não-físico, por exemplo os qualia, então os qualia não seriam físicos.

Uma análise alternativa do problema é feita por Earl Conee, que, como Feigl (1958), distingue entre conhecimento proposicional, que Mary tinha antes de sair do quarto, e conhecimento direto ou por contato (*acquaintance*), que Mary adquire ao entrar em contato com um objeto verde. Desenvolvendo sua análise, podemos dizer que a ciência teórica é um discurso linguístico, envolvendo também gráficos e imagens, que não substitui a ciência experimental, pois nesta o cientista pode entrar em contato direto com seu objeto de estudo,

por meio de cheiros, sons e cores. O que a *teoria* científica faz é inferir enunciados linguísticos e matemáticos a partir de enunciados linguísticos e matemáticos. Só a ciência experimental pode dar acesso aos qualia (mesmo que geralmente não haja interesse em fazê-lo). Reduzir o fisicismo à ciência teórica é inapropriado, como mostra o experimento mental do quarto de Mary. Ponto semelhante é salientado por Brian Flanagan, que considera que o experimento do quarto de Mary refuta um fisicismo linguístico, mas não um fisicismo metafísico ou ôntico (ver NIDA-RÜMELIN, 2010), e especialmente por Nigel Thomas (1998), que ressalta que a ciência não é só conhecimento teórico, mas envolve “experiência direta de ‘mão na massa’”.<sup>23</sup>

## 5. O cerebrosκόpio

O “cerebrosκόpio” (ou melhor, encefaloscópio) é um equipamento fictício imaginado por Meehl e Feigl (ver FEIGL, 1958, pp. 473-4), que permitiria que uma pessoa tivesse acesso visual a qualquer processo físico-químico no encéfalo de outra pessoa. Por exemplo, suponha que Mary esteja observando, em um cerebrosκόpio que gera imagens em preto e branco, o encéfalo de uma amiga, Julie, que está observando um morango (inacessível para Mary). Mary teria acesso ao “correlato neural imediato” da vivência visual da verdidão, e com seu conhecimento poderia inferir que Julie está observando um objeto verde, mesmo não tendo ela mesma (Mary) acesso a qualquer quale cromático.

Quando Mary sai do quarto e vê pela primeira vez uma mancha colorida na parede, ela não tem como saber qual o nome dessa cor. DENNETT (1991, pp. 399-400), com seu “truque da banana azul”, argumenta que ela *teria* como saber, pois ao conhecer *tudo* sobre a estrutura e funcionamento do encéfalo, ela saberia quais pensamentos secundários seriam gerados ao observar cada uma das cores.

Desconsiderando esta possibilidade aventada por Dennett, se Mary estivesse de posse de um “autocerebrosκόpio”, ou seja, um cerebrosκόpio voltado para seu próprio encéfalo, ela poderia facilmente inferir que cor estava vendo.

## 6. O problema de Molineux

Em 1693, o cientista e político irlandês William Molyneux reescreveu uma carta para John Locke (pois tinha escrito anteriormente em 1688, sem obter resposta), propondo o seguinte problema:

Suponha que um Homem tenha nascido cego e agora é adulto, tendo sido ensinado pelo seu tato a distinguir entre um Cubo e uma Esfera do mesmo metal, e aproximadamente do mesmo tamanho, de maneira a dizer, quando ele sentisse um e a outra, qual é o Cubo e qual é a Esfera. Suponha então que o Cubo e a Esfera são colocados em uma Mesa, e que Cego passasse a ver. Pergunto: se pela sua visão, antes de tocá-los, ele conseguiria agora distingui-los e dizer qual é o Globo e qual é o Cubo?

Na segunda edição de seu *Ensaio*, em 1694, Locke incluiu esta pergunta, junto com a resposta dada por Molyneux, negando que o cego pudesse reconhecer os objetos visualmente. Esta questão gerou comentários de diversos filósofos ao longo da história. “Empiristas como

<sup>23</sup> JACKSON, F. (1982), “Epiphenomenal qualia”, *Philosophical Quarterly* 32: 127-36. NIDA-RÜMELIN, Martine (2010), “Qualia: the knowledge argument”, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, online. DENNETT, D.C. (1991), *Consciousness explained*, Back Bay Books, New York.

Molyneux, Locke e Berkeley reponderam negativamente. Filósofos mais racionalistas, como Synge, Lee e Leibniz, deram respostas afirmativas” (DEGENAAR & LOKHORST, 2017).

Em 1728, o cirurgião inglês William Cheselden removeu as cataratas de um cego de nascença de 13 anos, e forneceu um detalhado relato da nova experiência visual do garoto. Em suma: “Ele não sabia a Forma de nenhuma Coisa, nem [distinguiu] uma Coisa da outra, por mais diferentes em Forma ou Magnitude”.

Simpatizantes da teoria da visão de Berkeley, como Voltaire e Condillac, concluíram que o garoto não distinguia visualmente as formas, mas outros, como Diderot, criticaram a interpretação do experimento. No séc. XIX, novos experimentos levaram a conclusões variadas, influenciados pelas diferentes circunstâncias de cada observação.

Mais recentemente, um estudo cuidadoso liderado por Pawan Sinha foi realizado com cinco jovens na Índia que não tiveram suas cataratas removidas ao nascer. A conclusão obtida por HELD et al. (2011, p. 552) foi de que “os sujeitos que recuperaram a visão não exibiram uma transferência imediata do seu conhecimento tátil de forma para o domínio visual”, obtendo uma taxa média de acerto de 58% (sendo que o nível de acerto por acaso seria 50%; o paciente que se saiu melhor teve uma taxa de 64%). Descobriram também que depois de apenas 5 dias a capacidade de identificação subiu significativamente (em três pacientes testados) para uma média de 83%.<sup>24</sup>

Em classe comparamos os experimentos mentais do quarto de Mary e de Molyneux. Uma diferença marcante (indicada na Tabela III.1) é que a visão de cores que Mary adquire envolve uma nova sensação qualitativa (*quale*), ao passo que o que os pacientes operados de catarata não identificam é a semelhança entre *formas geométricas* provindas do tato e da visão.

---

<sup>24</sup> DEGENAAR, M. & LOKHORST, G.-J. (2017), “Molyneux’s problem”, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, online, de onde foi traduzida a pergunta de Molyneux. A citação do relato de Cheselden encontra-se em: DEGENAAR, Marjolein (1996), *Molyneux’s problem: three centuries of discussions on the perception of forms*, trad. do holandês por M.J. Collins, Kluwer, Dordrecht, pp. 54-6. HELD, R.; OSTROVSKY, Y; DE GELDER, B.; GANDHI, T.; GANESH, S.; MATHUR, U. & SINHA, P. (2011), “The newly sighted fail to match seen with felt”, *Nature Neuroscience* 14: 551-3.